

# HOSPITAL E MATERNIDADE THEREZINHA DE JESUS

## DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS EM 31 DE DEZEMBRO DE 2025 E 2024

A Organização Social de Saúde Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus (HMTJ) é uma entidade sem fins lucrativos, cujo trabalho, há 100 anos é de gestão e execução de atividades e serviços de saúde em unidades públicas, com metas e tipo de assistência voltada para o atendimento exclusivo de pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS). A Gestão é estabelecida por meio de contratos e convênios com os entes públicos de saúde, e o objetivo da OSS HMTJ é trabalhar em colaboração com o poder público para ampliar a oferta de atendimento humanizado e de qualidade, desenvolvido com técnicas de gestão inovadoras. Nosso foco está no aprimoramento contínuo das práticas em gestão de saúde com implementação de padrões de qualidade em todas as unidades. Nossa missão é transformar a saúde e o bem-estar das comunidades que servimos através de excelência em gestão hospitalar, inovação em atenção primária, secundária e terciária, educação de qualidade em saúde, pesquisa clínica de ponta, com o compromisso de melhorar a assistência em saúde e otimizar recursos. Nossos valores são os pilares da nossa cultura e diariamente são colocados em prática em nosso trabalho, como agir com integridade, honestidade moral e intelectual e respeito à legislação vigente sob todos os aspectos, bem como a humanização da assistência, trabalhando com integridade e dignidade de forma universal, alinhando as ações com os objetivos de desenvolvimento

**Aos Diretores do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus. Juiz de Fora - MG. Opinião:** Examinamos as demonstrações contábeis do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2025, e as respectivas demonstrações do resultado, das mutações do patrimônio social e dos fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis. Em nossa opinião, as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os seus aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, em 31 de dezembro de 2025, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo naquela data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)). **Base para opinião:** Nossa auditoria foi conduzida de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)). Nossas responsabilidades, em conformidade com tais normas, estão descritas na seção a seguir, intitulada "Responsabilidade do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis". Somos independentes em relação à Sociedade, de acordo com os princípios éticos relevantes previstos no Código de Ética Profissional do Contador e nas normas profissionais emitidas pelo Conselho Federal de Contabilidade, e cumprimos com as demais responsabilidades éticas de acordo com essas normas. Acreditamos que a evidência de auditoria obtida é suficiente e apropriada para fundamentar nossa opinião. Ênfases: 1 - Subvenções vencidas Chamamos atenção para a nota explicativa 3.1.2 (Subvenções a receber), que demonstra que a entidade acumulou um montante líquido a receber (vencido) de R\$ 123.609.678 composto pelo saldo bruto de R\$ 495.111.160 a receber em valores vencidos; de provisão para créditos de liquidação duvidosa no valor total de -R\$ 371.501.482. A Diretoria da Entidade entende que este montante será realizável e dessa forma, não fará qualquer complemento e/ou reversão da provisão para crédito de liquidação duvidosa já existente. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. 2 - **Perda da gestão das UPAs e Hospitais do Estado do Rio de Janeiro em 2018:** Chamamos atenção para a nota explicativa 3.1.2 (Subvenções a receber) enfatizando que em 2 de abril de 2018, através de comunicação em Diário Oficial, o Governo do Estado do Rio de Janeiro rescindiu - unilateralmente - todos os contratos de gestão firmados durante o exercício 2017 com o Hospital Maternidade Therezinha de Jesus. Na época, a rescisão ocorreu devido à bloqueios nas contas da OSS HMTJ, cujo dinheiro tinha finalidade de quitar salários, e devido ao bloqueio judicial (referente a dívidas advindas do atraso no repasse das subvenções), a contratante se viu impossibilitada de quitar os mesmos e rescindiu os contratos. O Hospital possuía os seguintes contratos em vigor, em base total: UPA Tijuca R\$10.800.000; UPA Botafogo R\$10.800.000; UPA Jacarepaguá R\$10.800.000; UPA Copacabana R\$10.800.000 (todos com vencimento em dezembro de 2018) além do Hospital da Mãe R\$15.885.992 (vencimento em junho de 2018). Perfazendo um montante de R\$59.085.392 em 31 de dezembro de 2025, que se encontra atualmente registrado como subvenções a receber e sua contrapartida como subvenções a apropriar (passivo não circulante). A Diretoria da Entidade aguarda desfecho judicial para pacificação do tema. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. 3 - **Perda da gestão do Hospital Municipal Albert Schweitzer em 2016:** Chamamos atenção para a nota explicativa 3.1.2 (Subvenções a receber) enfatizando que apesar do termo aditivo de gestão número 3 (três) realizado entre o Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus e a Prefeitura Municipal do Rio de Janeiro (PMRJ) datado em 08 de julho de 2016, pelo qual, estabelecia-se a plena gestão do Hospital Albert Schweitzer até dezembro de 2016, o Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus, foi intimado a deixá-lo, em função da medida judicial realizada por outra Organização Social de Saúde. A decisão foi tomada - em época - pelo Tribunal de Contas do Município (TCM) que decidiu suspender o processo de escolha pela prefeitura da Organização Social (OS). Contabilmente, a Diretoria do HMTJ aguarda desfecho judicial e está mantendo o saldo de subvenções a vencer e a apropriar no montante de R\$30.715.682 atualizado para 31 de dezembro de 2024, existente desde o exercício findo em 31 de dezembro de 2016. Nossa opinião não contém ressalva relacionada a esse assunto. **Outras informações:** As demonstrações contábeis do Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus para o exercício findo em 31 de dezembro de 2025 foram por nós examinadas, pelo qual, emitimos relatório em 07 de abril de 2026 com opinião sem modificação e ênfases similares às apresentadas acima. **Outras informações que acompanham as demonstrações contábeis e o relatório dos auditores:** A administração da Entidade é responsável por essas outras informações que compreendem o Relatório da Administração. Nossa opinião sobre as demonstrações contábeis não abrange o Relatório da Administração e não expressamos qualquer forma de conclusão de auditoria sobre esse relatório. Em conexão com a auditoria das demonstrações contábeis, nossa responsabilidade é a de ler o Relatório da Administração e, ao fazê-lo, considerar se esse relatório está, de forma relevante, inconsistente com as demonstrações contábeis ou com nosso conhecimento obtido na auditoria ou, de outra forma, aparenta estar distorcido de forma relevante. Se, com base no trabalho realizado, concluímos que há distorção relevante no Relatório da Administração, somos requeridos a comunicar esse fato. Não temos nada a relatar a este respeito. **Responsabilidade da administração e da governança pelas demonstrações contábeis:** A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações financeiras de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações financeiras livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro. Na elaboração das demonstrações contábeis, a administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Sociedade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a administração pretenda liquidar a Sociedade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações. Os responsáveis pela governança da Sociedade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis. **Responsabilidade dos**

da instituição, fazendo uso correto e responsável da aplicação dos recursos à Saúde e prestando contas desses atos aos órgãos responsáveis e à sociedade. O HMTJ ratifica sua missão como instituição desenvolvedora de pesquisas e ensinos voltada para melhoria nas práticas assistenciais, estando, desde 2011, certificada como Hospital de Ensino, visando à melhoria na formação dos profissionais de saúde e a prestação da assistência qualificada. Em 2025, com uma gestão comprometida com a ética, transparência e o envolvimento de seus colaboradores, o HMTJ expandiu seu modelo de gestão, principalmente para o estado de Goiás, reduzindo os custos dos serviços de saúde pública, elevando a qualidade para os hospitais, em parcerias municipais e estaduais, sendo referência no ano de 2025, para uma população de 6.753.489 habitantes. No ano de 2025, o HMTJ teve sob sua gestão 1.130 leitos, realizando 2.810.660 procedimentos, 84.424 internações, 382.865 consultas especializadas, 1.029.888 atendimentos em Unidades de Pronto Atendimento, 8.854 partos, 32.368 cirurgias e 35.374 hemodíalises. Toda essa gama de atividades consolida, cada vez mais, o HMTJ como uma instituição filantrópica de grande porte, que busca a sustentabilidade social, econômica, ambiental, além da resolutividade e da qualidade no atendimento prestado. Somos uma das maiores entidades filantrópicas de saúde do Brasil, qualificados para atuar em seis estados, com aproximadamente

7.628 colaboradores, com a vocação de contribuir para a melhoria dos serviços assistenciais prestados à população. Nosso compromisso com a excelência na gestão das unidades médico-hospitalares administradas gerou inúmeras certificações de qualidade, como a aplicação e o aprimoramento do programa 5S (Top Quality Senes, Sustentabilidade, Top Quality Ouro, Top Quality Master Plus e Top Excelência), à aplicação da metodologia Lean em seus processos. Colocando à prova a cultura da instituição, voltada para as boas práticas, o Hospital Maternidade Therezinha de Jesus, em sua matriz, passou por auditoria para manutenção do selo ONA 3, sendo novamente reconhecido com o certificado de ACREDITADO com Excelência pela ONA - Organização Nacional de Acreditação, reforçando as diretrizes e valores da entidade em prol da segurança dos pacientes e da gestão do recurso público. A OSS busca implantar e integrar os processos da qualidade em todas as unidades geridas, permitindo que as boas práticas se estendam com resultado ACREDITADO. Como pode ser visto por meio da acreditação da ONA nível 1 do Hospital de Clínicas Sul, UPA Santa Luzia, UPA São Pedro. A OSS HMTJ agradece aos colaboradores, parceiros, prestadores de serviços e fornecedores de insumos pelo apoio, determinação, pontualidade e eficácia, cujo objetivo final é o atendimento ao paciente

**auditores independentes pela auditoria das demonstrações contábeis:** Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estejam livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas, não, uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis. Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, aplicáveis às entidades sem fins lucrativos (ITG 2002 (R1)), exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso: • Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode

envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais. • Obtivemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejarmos procedimentos de auditoria apropriados nas circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Sociedade. • Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela administração. • Concluímos sobre a adequação do uso, pela administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe uma incerteza significativa em relação a eventos ou circunstâncias que possam causar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade. Se concluímos que existe incerteza significativa devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. • Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações, e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

### Balancos Patrimoniais Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

Ativo	Nota	Matriz + Contratos de Gestão		Passivo e Patrimônio Social	Nota	Matriz + Contratos de Gestão	
		2025	2024			2025	2024
<b>Circulante</b>				<b>Circulante</b>			
Caixa e equivalentes de caixa	3.1.1	136.424.075	137.518.609	Empréstimos e financiamentos	3.2.1	10.727.787	13.158.177
Subvenções a receber	3.1.2	359.084.693	343.837.118	Fornecedores	3.2.2	100.339.496	58.038.800
Estoques	3.1.3	16.388.133	15.005.861	Obrigações com pessoal	3.2.3	102.475.010	104.921.240
Tributos a recuperar	3.1.4	58.900	36.057	Impostos a pagar	3.2.4	2.900.545	3.733.533
Despesas antecipadas	3.1.5	1.337.117	1.528.496	Subvenção e assistência governamental	3.2.5	140.010.025	295.692.205
Outras contas a receber		3.365.694	1.725.018	Outras contas a pagar		3.894.909	4.083.781
		<b>516.658.612</b>	<b>499.651.129</b>			<b>360.347.772</b>	<b>479.627.736</b>
<b>Não circulante</b>				<b>Não circulante</b>			
Realizável a longo prazo				Provisões para contingências	3.2.3	43.449.129	42.047.388
Subvenções a receber	3.1.2	278.784.418	466.889.998	Empréstimos e financiamentos	3.2.1	13.943.633	16.897.485
Outras contas a receber		23.294.992	23.266.182	Subvenção e assistência governamental	3.2.5	351.036.737	411.933.958
		<b>302.079.410</b>	<b>490.156.180</b>			<b>408.429.499</b>	<b>470.878.831</b>
Investimento	3.1.6	609.900	609.900	<b>Patrimônio social</b>	3.2.6		
Imobilizado	3.1.7	43.342.423	39.491.306	Patrimônio social		15.812.589	15.812.589
Intangível		109.674	-	Reservas de Capital		9.642.724	9.642.724
		<b>44.061.997</b>	<b>40.101.206</b>	Superávit acumulado		68.567.435	53.946.635
						<b>94.022.748</b>	<b>79.401.948</b>
<b>Total do ativo</b>		<b>862.800.019</b>	<b>1.029.908.515</b>	<b>Total do passivo e patrimônio social</b>		<b>862.800.019</b>	<b>1.029.908.515</b>
<b>Ativo Compensado</b>				<b>Passivo Compensado</b>			
Contratos a Faturar (Ativo Compensado)	3.1.8	867.901.531	507.365.936	Contratos a Faturar (Passivo Compensado)	3.1.8	867.901.531	507.365.936
		<b>867.901.531</b>	<b>507.365.936</b>			<b>867.901.531</b>	<b>507.365.936</b>
<b>Total do Ativo e Ativo Compensado</b>		<b>1.730.701.550</b>	<b>1.537.274.451</b>	<b>Total do Ativo e Ativo Compensado</b>		<b>1.730.701.550</b>	<b>1.537.274.451</b>

### Demonstrações de Resultados Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	Nota	Matriz + Contratos de Gestão	
		2025	2024
Receita líquida dos serviços prestados	4	1.023.935.632	771.251.488
Custos dos serviços prestados		(845.191.799)	(648.426.022)
<b>Resultado bruto</b>		<b>178.743.833</b>	<b>122.825.086</b>
Despesas administrativas		(141.523.404)	(107.355.158)
Outras receitas e despesas operacionais		(24.812.566)	(8.108.350)
<b>Resultado operacional</b>		<b>(166.335.970)</b>	<b>(115.463.508)</b>
Resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras		12.407.863	7.361.578
Receitas financeiras		5.184.072	3.621.179
Despesas financeiras		(2.971.135)	(1.809.153)
<b>Resultado financeiro líquido</b>		<b>2.212.937</b>	<b>1.812.026</b>
Superávit (déficit) do exercício	6	<b>14.620.800</b>	<b>9.173.604</b>

### Demonstrações das Mutações do Patrimônio Social Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	Patrimônio Social	Reservas de Capital	Superávit Acumulado	Total
<b>Saldo em 1 de Janeiro de 2024</b>	15.812.589	9.642.724	44.773.031	70.228.344
Superávit (déficit) do exercício	-	-	9.173.604	9.173.604
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2024</b>	15.812.589	9.642.724	53.946.635	79.401.948
Superávit (déficit) do exercício	-	-	14.620.800	14.620.800
<b>Saldo em 31 de dezembro de 2025</b>	15.812.589	9.642.724	68.567.435	94.022.748

### Demonstrações dos Fluxos de Caixa Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2025	2024
<b>Fluxos de caixa das atividades operacionais:</b>		
Superávit (Déficit) do exercício	14.620.800	9.173.603
Ajustes de:		
Depreciações e amortizações	3.752.482	3.186.254
Depósitos para recursos	18.373.282	12.359.857
<b>Variações nos ativos e passivos</b>		
Contas a receber - clientes	5.123.246	(11.048.439)
Subvenções a receber	167.734.758	(163.111.725)
Estoques	(1.382.272)	(7.102.001)
Tributos a recuperar	(2.843)	6
Outras contas a receber	(1.669.486)	(7.070.379)
Despesas antecipadas	191.349	(1.014.407)
Fornecedores	42.300.696	61.796
Obrigações com pessoal	(2.446.230)	58.989.087
Impostos a pagar	(832.988)	1.512.549
Provisão para contingência	1.401.741	474.757
Outras obrigações	(188.872)	598.016
<b>Caixa líquido aplicado nas atividades operacionais</b>	<b>210.209.099</b>	<b>(127.710.740)</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de investimento</b>		
Compra de imobilizados/ Intangível	(7.626.151)	(9.024.738)
Baixa de imobilizado	22.552	6.543
Receita diferida	(216.579.401)	201.679.796
Intangíveis	(109.874)	-
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de investimento</b>	<b>(224.292.674)</b>	<b>192.661.601</b>
<b>Fluxos de caixa das atividades de financiamento</b>		
Amortização/pagamento empréstimos	(5.384.241)	9.450.502
Encargos financeiros a apropriar	-	(11.823)
<b>Caixa líquido gerado pelas atividades de financiamento</b>	<b>(5.384.241)</b>	<b>9.438.679</b>
<b>Redução de caixa e equivalentes de caixa, líquidos</b>	<b>(1.094.534)</b>	<b>86.749.397</b>
<b>Demonstração da redução no caixa e equivalentes de caixa:</b>		
No início do exercício	137.518.609	50.769.212
No final do exercício	136.424.075	137.518.609
<b>Varição líquida de caixa e equivalentes de caixa</b>	<b>(1.094.534)</b>	<b>86.749.397</b>

**Notas Explicativas às Demonstrações Contábeis  
Em 31 de Dezembro de 2025 e 2024**

**1 - Informações Gerais** O Hospital e Maternidade Therezinha de Jesus - HMTJ, constituído em 1 de dezembro de 1926 e inaugurado em 1 de janeiro de 1927 é uma associação civil de fins beneficentes e não lucrativos, sediada em Juiz de Fora, Minas Gerais e que tem por finalidade promover a assistência integral à saúde, prestando serviços hospitalares, ambulatoriais e de complementação diagnóstica à clientela do SUS – Sistema Único de Saúde. O Hospital atua na macrorregião de Juiz de Fora, com referência aproximadamente 1.800.000 habitantes, sendo regulado pelo município por uma Central Macro e uma municipal. O HMTJ disponibiliza, atualmente, 100% (cem por cento) dos atendimentos ao SUS, credenciado à rede desde 2013, o HMTJ tem contratualização firmada com a Prefeitura de Juiz de Fora, cumprindo metas de atendimento para assistência aos pacientes do Sistema Único de Saúde (SUS) em diversas áreas, de nível ambulatorial à alta complexidade, sendo referência em AVC e trauma. O HMTJ também é hospital de ensino credenciado pelo MEC (Ministério da Educação) com diversas pós-graduações aprovadas, inclusive com chancela das sociedades brasileiras de especialidade, como a de Cardiologia. Oferece amplo programa de Residência Médica e de Residência Multiprofissional. Tem convênios com diversas instituições como cenário de prática em extensão nas disciplinas de Enfermagem, Fisioterapia, Odontologia, Farmácia, além da Medicina. A Entidade iniciou seu trabalho como Organização Social de Saúde em 2010, expandindo a gestão de outras unidades de saúde, além da matriz, participando de diversas chamadas públicas para a gestão de unidade de saúde no âmbito federal, estadual e municipal desde então. Com isto, foi selecionada para operacionalização da gestão e a execução de ações e serviços de saúde a serem prestados em diversas unidades de saúde. A Entidade encontra-se registrada como "Entidade Beneficente de Assistência Social", nos termos da Lei 12.101 de 2009, que estabelece normas para o processo de certificação, ou de sua renovação, das entidades beneficentes de assistência social, o que lhe garante a isenção de contribuições para a seguridade social. A entidade possui, ainda, títulos de Utilidade Pública Federal (Decreto 52.066/63) e Municipal – Juiz de Fora/MG (Decreto 1.320/60). **2 - Apresentação das Demonstrações Contábeis** **2.1. Base de preparação** As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com as práticas contábeis adotadas no Brasil, segundo os pronunciamentos técnicos emitidos pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC) e aprovadas pelo Conselho Federal de Contabilidade (CFC) e, especialmente, nos critérios e procedimentos específicos de avaliação, de reconhecimento das transações e variações patrimoniais, e de estruturação das demonstrações contábeis estabelecidas na ITG 2002 – Entidades sem Finalidade de Lucros, aprovada pela Resolução CFC nº 1409/2012. **2.2. Base de mensuração** As demonstrações contábeis foram preparadas considerando o custo histórico como base de valor. **2.3. Uso de estimativas e julgamentos** A preparação das demonstrações financeiras exige que a administração da entidade faça julgamentos e adote estimativas e premissas que afetam a aplicação das políticas contábeis e os valores reportados de ativos, passivos, recursos, custos e despesas. As notas explicativas que requerem a adoção de premissas e estimativas, que estão sujeitas a um maior grau de incertezas e que possam um risco de resultar em um ajuste material caso essas premissas e estimativas sofram mudanças significativas dentro do próximo exercício financeiro são: Nota 3.1.2 - Subvenções a receber Nota 3.2.3 - Obrigações com pessoal Nota 3.2.5 - Subvenção e assistência governamental **2.4. Arrendamento** CPC 06(R2) /IFRS 16. O CPC 06 (R2) /IFRS 16 – Arrendamentos, vigentes para períodos iniciados a partir de 1º de janeiro de 2019, introduziu um modelo único de contabilização de arrendamentos, substituindo a distinção entre arrendamentos operacionais e financeiros. A finalidade é padronizar se existe um arrendamento nos contratos ou se o contrato é uma prestação de serviço. A norma estabelece que um contrato contém um arrendamento quando transmite o direito de controlar o uso de um ativo identificável por um período de tempo em troca de contraprestação, o que ocorre quando estão presentes, simultaneamente: • a existência de um ativo identificável, explícita ou implicitamente especificado no contrato, e cuja substituição pelo fornecedor não seja substantiva; e • o direito de controle sobre o uso do ativo, incluindo a capacidade de direcionar seu uso e de obter substancialmente todos os benefícios econômicos decorrentes. A Entidade realizou a análise de seus contratos vigentes à luz dos critérios estabelecidos pelo CPC 06 (R2) /IFRS 16 e concluiu que tais contratos não caracterizam arrendamentos, substancialmente em função da ausência de controle sobre ativos identificáveis e das características contratuais de descontinuidade nos contratos de gestão. Dessa forma, não houve reconhecimento de ativos de direito de uso ou passivos de arrendamento nas demonstrações financeiras da Entidade. **3 - Sumário das Principais Práticas Contábeis** As principais práticas contábeis estão descritas a seguir: **3.1. Ativos e Passivos circulantes e não circulantes** São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. Os direitos realizáveis vencíveis após 12 meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes. **3.1.1. Caixa e equivalentes de caixa** Incluem o caixa, os depósitos bancários, outros investimentos de curto prazo de alta liquidez, com vencimentos originais de três meses ou menos a contar da data de aquisição e com risco insignificante de mudança de valor. As contas garantidas, quando apresentam saldo negativo, são demonstradas no balanço patrimonial como "Empréstimos" no passivo circulante. A Entidade por força de contrato precisa depositar todas as obrigações trabalhistas em contas de poupança, essas aplicações financeiras estão classificadas como equivalentes de caixa e são representadas por aplicações com prazo de resgate imediato ou com prazo inferior a 90 dias, sendo demonstradas ao custo, acrescidos dos rendimentos auferidos até a data das demonstrações contábeis. **Caixa e Equivalentes de Caixa**

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2025	2024
Caixa da Tesouraria	382.690	319.938
Depósitos Bancários - Recursos Livres	4.412.610	(369.414)
Depósitos Bancários - Recursos com Restrição	131.628.775	137.568.085
	<b>136.424.075</b>	<b>137.518.609</b>

**3.1.2. Subvenções a receber**

As contas a receber de convênios, autarquias, prefeituras e governos correspondem aos valores a receber de clientes no decurso normal das atividades da entidade e de convênios e contratos de gestão celebrados com entes públicos, que são denominadas "subvenções". São classificadas no ativo circulante se o prazo de recebimento é equivalente há um ano ou menos. Os valores cujos prazos de recebimento ultrapassam a expectativa de um ano são classificados no ativo não circulante, em 2025 tivemos alguns contratos de gestão encerrados cujos saldos foram baixados ou criados provisório para perda, o que impactou na redução do contas a receber.

**Clientes e Contas a Receber**

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2025	2024
Clientes Contratantes dos Serviços Prestados	69.376.918	74.500.165
Subvenções a Receber	568.492.193	736.226.951
	<b>637.869.111</b>	<b>810.727.116</b>

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2025	2024
Vencidas	123.609.678	127.978.166
a Vencer	514.259.433	682.748.950
	<b>637.869.111</b>	<b>810.727.116</b>

Circulante	359.084.693	343.837.118
Não Circulante	278.784.418	466.889.998

**3.1.3. Estoques**

São organizados, dispensados pelo método PEPS (primeiro a entrar é o primeiro a sair) e avaliados pelo método de custo médio e, consequentemente, na data do balanço são formados por medicamentos e materiais comprados mais recentemente. A entidade controla seus estoques em lotes, garantindo rigoroso controle dos prazos de validade.

**Estoques**

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2025	2024
Medicamentos	5.981.771	6.114.542
Materiais e Consumo Hospitalar	6.504.117	6.508.928
Dieta Enterais e Parenterais	455.357	284.552
Órtese e Prótese	510.910	301.383
Material de Limpeza	1.059.205	519.367
Material de Expediente	847.611	736.367
Material de Manutenção	1.028.230	540.722
Material de Copa e Cozinha	932	-
	<b>16.388.133</b>	<b>15.005.861</b>

**3.1.4. Tributos a compensar**

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2025	2024
Tributos Municipais	22.985	-
Tributos Federais a Compensar	35.915	36.057
	<b>58.900</b>	<b>36.057</b>

**3.1.7. Imobilizados da Matriz e Sede administrativa**

É demonstrado ao custo de aquisição ou construção, deduzido da depreciação e amortização acumulada. A depreciação é calculada pelo método linear com base em taxas que contemplam a vida útil estimável dos bens em condições normais de operação. Os valores residuais e a vida útil dos ativos são revisados e ajustados ao final do exercício.

	Matriz + Contratos de Gestão			
	Terrenos e Edifícios	Máquinas, Equipamentos e Veículos	Móveis e Utensílios	Total
<b>Custo</b>				
Saldos em 1 de janeiro de 2024	<b>28.627.406</b>	<b>22.202.375</b>	<b>6.198.511</b>	<b>57.028.292</b>
Compras/Obras em andamento	2.858.709	5.715.053	450.978	9.024.740
Baixas	-	(6.545)	-	(6.545)
Saldos em 1 de janeiro de 2025	<b>31.486.115</b>	<b>27.910.883</b>	<b>6.649.489</b>	<b>66.046.487</b>
Compras/Obras em andamento	1.520.683	5.760.092	345.376	7.626.151
Baixas	-	(22.552)	-	(22.552)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<b>33.006.798</b>	<b>33.648.423</b>	<b>6.994.865</b>	<b>73.650.086</b>
				-
<b>Depreciação acumulada</b>				
Saldos em 1 de janeiro de 2024	<b>(5.226.429)</b>	<b>(14.533.405)</b>	<b>(3.609.093)</b>	<b>(23.368.927)</b>
Encargos de depreciação	(438.265)	(2.401.755)	(346.234)	(3.186.254)
Saldos em 1 de janeiro de 2025	<b>(5.664.694)</b>	<b>(16.935.160)</b>	<b>(3.955.327)</b>	<b>(26.555.181)</b>
Encargos de depreciação	(433.368)	(2.891.171)	(427.943)	(3.752.482)
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<b>(6.098.062)</b>	<b>(19.826.331)</b>	<b>(4.383.270)</b>	<b>(30.307.663)</b>
				-
<b>Valor líquido do ativo imobilizado</b>				
Em 31 de dezembro de 2024	<b>25.821.421</b>	<b>10.975.723</b>	<b>2.694.162</b>	<b>39.491.306</b>
Em 31 de dezembro de 2025	<b>26.908.736</b>	<b>13.822.092</b>	<b>2.611.595</b>	<b>43.342.423</b>

**3.1.8. Ativo Compensado**

Conforme ITG 2000, as contas de compensação constituem fatos relevantes que resultam na assunção de direitos e obrigações pela entidade, cujos efeitos poderão se materializar no futuro e impactar o patrimônio da entidade. Exceção quando exigidas por órgãos regulador ou por contrato específico, sua escrituração não é obrigatória. Em 2025, a Entidade tem contratos de gestão com exigência obrigatória de divulgação das contas de compensação, em 2025 mediante novos contratos firmados com o estado de Goiás, obtivemos um aumento expressivo dos saldos de ativos e passivos compensados, cuja compensação demonstramos a seguir:

**Ativo Compensado**

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2025	2024
Contratos a Faturar	772.990.076	449.613.536
Bens adquiridos com Contrato de Gestão	44.322.628	42.490.993
Isenção CEBAS	50.588.827	15.261.407
	<b>867.901.531</b>	<b>507.365.936</b>

**3.2. Passivos circulantes e não circulantes**

São demonstrados por valores conhecidos ou calculáveis, acrescidos, quando aplicável, dos correspondentes encargos e variações monetárias incorridas. As obrigações vencíveis após 12 (doze) meses subsequentes à data das demonstrações contábeis são considerados como não circulantes.

**3.2.1. Empréstimos e Financiamentos**

Ressalta-se que os empréstimos são mantidos exclusivamente pela matriz. Assim, o Hospital contava com as seguintes operações de crédito:

**Empréstimos**

	Matriz + Contrato de Gestão	
	2025	2024
Empréstimos para capital de giro	18.643.447	21.771.671
Empréstimos para ativos não circulantes (permanente)	6.027.973	8.283.991
	<b>24.671.420</b>	<b>30.055.662</b>

A taxa de juros do empréstimo de capital de giro é de 15,20 a 15,76% a.a. As garantias dadas aos empréstimos de capital de giro estão atreladas à Cessão de parte de recebíveis.

**3.1.5. Despesas de exercício seguinte**

As despesas de exercício seguinte estão identificadas individualmente nos registros contábeis e, na data de encerramento do exercício social estão assim representados: Despesas Antecipadas

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2025	2024
Encargos Financeiros de Empréstimos	251.324	251.324
Prêmios de seguros a apropriar	50.363	50.363
Adiantamentos a fornecedores	1.035.430	1.226.779
	<b>1.337.117</b>	<b>1.528.466</b>

**3.1.6. Investimentos**

É demonstrado a seu custo histórico, registrados pelos montantes pagos em caixa ou equivalentes de caixa na data da aquisição.

	Propriedades para Investimentos		Total
	2025	2024	
<b>Custo</b>			
Saldos em 1 de janeiro de 2024	262.231	262.231	
Adições	-	-	
Baixas	-	-	
Ajustes por Avaliação Inicial ICPC 10	347.669	347.669	
Saldos em 1 de janeiro de 2025	<b>609.900</b>	<b>609.900</b>	
Adições	-	-	
Baixas	-	-	
Saldos em 31 de dezembro de 2025	<b>609.900</b>	<b>609.900</b>	
<b>Valor líquido do Investimento</b>			
Em 31 de dezembro de 2024	<b>609.900</b>	<b>609.900</b>	
Em 31 de dezembro de 2025	<b>609.900</b>	<b>609.900</b>	

**Empréstimos - curto e longo prazo**

	Matriz + Contrato de Gestão	
	2025	2024
Em até um ano	10.727.787	13.158.177
No segundo ano	1.656.787	2.744.749
Além do segundo ano	12.286.846	14.152.736
	<b>24.671.420</b>	<b>30.055.662</b>

**3.2.2. Fornecedores**

São apresentados pelos seus montantes de liquidação e está correlacionado ao aumento da operação da Entidade devido aos novos ontratos de gestão firmados em 2025, conforme demonstrado: **Fornecedores e Contas Pagar**

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2025	2024
Fornecedores de Estoques	11.552.538	14.852.587
Fornecedores de Serviços	88.786.958	43.186.213
	<b>100.339.496</b>	<b>58.038.800</b>

**3.2.3. Obrigações com pessoal**

Os gastos com pessoal são contabilizados pelo regime de competência e compreendem os salários, adicionais, encargos sociais e provisões para férias, apresentando a seguinte composição: **Obrigações com Pessoal**

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2025	2024
Salários a pagar	32.012.301	51.052.871
Encargos sociais a pagar	7.720.500	6.054.633
Desconto em folha de pagamento a pagar	1.007.338	181.437
Férias, 13º Salário, rescisões	61.734.871	47.632.299
Contingências trabalhista	43.449.129	42.047.388
	<b>145.924.139</b>	<b>146.968.628</b>

### 3.2.4. Impostos a pagar

Os impostos são registrados com base no regime de competência estando assim distribuídos:

#### Dividas de Impostos Correntes

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2025	2024
Impostos retidos Federais	2.538.825	3.483.423
Impostos retidos Municipais	361.720	250.110
	<b>2.900.545</b>	<b>3.733.533</b>

### 3.2.5. Subvenção e assistência governamental a apropriar

As contabilizações das subvenções recebidas ao longo do exercício foram reconhecidas conforme cronograma físico e financeiro comprometido em contrato, e confrontada com os custos e despesas correspondentes. Desta forma, as subvenções foram contabilizadas temporariamente em conta do passivo circulante (receitas diferidas), e são reconhecidas como recursos mediante cumprimento das cláusulas contratuais e consequentemente direito ao recebimento delas. A Entidade recebeu subvenções governamentais para fins de aquisição de equipamentos, que não foram reconhecidas como recursos do exercício nos termos do Pronunciamento Técnico CPC 7, conforme abaixo demonstrado: A expectativa de apropriação dessas receitas ao resultado é conforme a seguir:

#### Matriz + Contratos de Gestão

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2025	2024
Convênios Municipais	327.752.219	534.953.488
Convênios Estaduais	163.294.543	172.672.675
	<b>491.046.762</b>	<b>707.626.163</b>

#### Matriz + Contratos de Gestão

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2025	2024
Até 12 meses	140.010.025	295.692.205
Acima de 12 meses	351.036.737	411.933.958
	<b>491.046.762</b>	<b>707.626.163</b>

### 3.2.6. Patrimônio Social

É constituído por recursos aportados pelos associados (patrimônio social), pelos ajustes de avaliação patrimonial, reservas e pelo superávit acumulado. Em 2025, a Entidade teve uma sobra de recursos contábeis no montante de R\$ 14.620.800 (R\$ 9.173.204 em 2024).

### 4 - Receitas Operacionais - Receita Líquida dos Serviços Prestados

#### Receita Líquida dos Serviços Prestados

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2025	2024
Receita de Serviços Hospitalares	132.998.140	124.842.003
Receita de Contratos de Gestão	890.937.492	646.409.485
	<b>1.023.935.632</b>	<b>771.251.488</b>

### 5 - Custos dos Serviços Hospitalares

#### Custo dos Serviços Hospitalares

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2025	2024
Mão-de-Obra	(550.578.393)	(410.511.155)
Insumos	(101.128.260)	(75.621.740)
Serviços	(193.485.146)	(162.293.507)
	<b>(845.191.799)</b>	<b>(648.426.402)</b>

### 7 - Resultado por Contrato de Gestão:

A Entidade sofreu impactos negativos em nosso resultado, inerentes aos contratos de gestão inativos. A principal causa para tal falta de recurso está atrelada às despesas não operacionais necessárias para garantir o recebimento de recursos atrasados com a SES/RJ. Importante ressaltar que as unidades ativas, cujos contratos estão vigentes e são geridas pela Entidade continuam tendo eficiência e gerando economicidade para os contratantes, conforme detalhado a seguir:

#### Exercícios Findos em 31 de Dezembro de 2025 e 2024 (Em reais)

	Unidades Ativas (em 12/2025)		Unidades Inativas (em 12/2025)		Unidades Ativas + Inativas (em 12/2025)	
	2025	2024	2025	2024	2025	2024
Receita líquida dos serviços prestados	678.145.464	645.137.217	145.790.168	126.114.270	1.023.935.632	771.251.488
Custos dos serviços prestados	(743.533.257)	(537.474.567)	(101.658.542)	(110.951.836)	(845.191.799)	(648.426.402)
Resultado bruto	<b>134.612.207</b>	<b>107.662.650</b>	<b>44.131.626</b>	<b>15.162.434</b>	<b>178.743.833</b>	<b>122.825.086</b>
Despesas administrativas	(112.847.633)	(72.135.579)	(28.675.771)	(35.219.579)	(141.523.404)	(107.355.158)
Outras receitas e despesas operacionais	(5.744.086)	(21.091.393)	(19.068.480)	12.983.043	(34.812.566)	(8.108.350)
Resultado operacional	<b>(118.591.719)</b>	<b>(93.226.972)</b>	<b>(47.744.251)</b>	<b>(22.236.536)</b>	<b>(176.335.970)</b>	<b>(115.463.508)</b>
Resultado operacional antes das receitas e despesas financeiras	16.020.488	14.435.678	(3.612.625)	(7.074.102)	12.407.864	7.361.578
Resultado financeiro líquido	<b>(2.041.440)</b>	<b>4.427.979</b>	<b>4.254.377</b>	<b>(2.615.953)</b>	<b>2.212.936</b>	<b>1.812.026</b>
Superávit (déficit) do exercício	<b>13.979.049</b>	<b>18.863.658</b>	<b>641.752</b>	<b>(9.690.053)</b>	<b>14.620.800</b>	<b>9.173.604</b>

### 8 - Renúncia Fiscal e Trabalho Voluntário:

Para atender a portaria 834/2016 cumulado com a ITR 2002 a entidade estimou valores referente aos benefícios fiscais usufruídos, bem como benefícios previdenciários em observância também com a Lei Federal nº 12.101/2009, a estimativa contém os valores a seguir:

	Matriz + Contratos de Gestão	
	2025	2024
Renúncia Fiscal - Tributos sobre faturamento		
IR e CSLL (1,2 e 1,08 + adicional 10%)	31.535.297	23.752.626
Cofins e PIS (3% e 0,65%)	37.373.651	28.150.679
ISS (3% sobre a receita)	30.718.069	23.137.545
	<b>99.627.017</b>	<b>75.040.850</b>

No exercício, as isenções das contribuições previdenciárias usufruídas pela Entidade totalizaram R\$ 43.559.694 (R\$ 34.362.800 em 2024), conforme apresentado na Nota Explicativa nº 3.1.8 - Ativo e Passivo Compensado. Ainda em atendimento a ITG 2002, consideramos trabalho voluntário o dos membros integrantes dos órgãos da administração, no exercício de suas funções, sendo reconhecidos pelo valor justo da prestação do serviço como se tivesse ocorrido o desembolso financeiro.

Trabalho Voluntário - Dirigentes	R\$
Direção Executiva	2.040.000
Conselho Deliberativo	3.840.000
Conselho Deliberativo de Gestão Delegada	4.320.000
	<b>10.200.000</b>

### 6 - Apuração do Resultado

Os recursos, custos e despesas estão registrados observando-se o regime de competência. Os recursos são reconhecidos quando podem ser determinadas em bases confiáveis e tenham um grau suficiente de certeza de sua realização, tendo como referência, ainda, os contratos de gestão firmados. Os custos e despesas são reconhecidas quando determinadas em bases confiáveis; com base na associação direta entre elas e os correspondentes itens de recursos; ou quando se espera que os benefícios econômicos sejam gerados ao longo de vários períodos contábeis e a confrontação com a correspondente recursos somente possam ser feita de modo geral e indireto, através de procedimentos de alocação sistemática e racional.

### 9 - Redução ao Valor Recuperável dos Ativos

Conforme o CPC 01 - Redução ao Valor Recuperável de Ativos, como parte das rotinas de encerramento do exercício social, a Entidade deve avaliar se existem indícios de que algum ativo possa ter sofrido desvalorização. Indicada tal indicação, deve ser estimado o valor recuperável do ativo, definido como o maior entre o valor em uso e o valor líquido de venda. Ao final do exercício de 2025, foram realizados testes de recuperabilidade dos ativos imobilizados. Segundo Laudo emitido pela Entidade Físio-Tec Gestão em Tecnologia de Saúde: Considerando que os bens objeto de avaliação excedem o valor contábil do ativo, registrado na contabilidade da Entidade, considerando, ainda, que não existem evidências da descontinuidade dos negócios da entidade e o uso contínuo e ininterrupto dos bens relacionados, consideramos que não existem evidências para que se proceda a redução ao valor recuperável dos ativos ora avaliados".

### 10 - Seguros (não mantém)

A HMTJ não mantém contratos de seguros com cobertura determinada por orientação da Administração.

### 11 - Eventos Subsequentes

Não ocorreram eventos relevantes no período entre o exercício findo de 2025 e a aprovação das contas em Assembleia Geral Ordinária.

Juiz de Fora (MG), 07 de abril de 2026.



mais  
gastronomia

2026 | 8ª EDIÇÃO

# O MAIOR FESTIVAL gastronômico DO VALE DO PARAÍBA ESTÁ CHEGANDO

29, 30 e 31 | 04, 05, 06 e 07  
MAIO | JUNHO

NESTA EDIÇÃO COM 7 DIAS DE PROGRAMAÇÃO

Parque Vicentina Aranha

acesse nosso instagram

